

Odebrecht compromete Aleluia

Os documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Afilton Reis, deverão servir para incriminar no relatório final da CPI do Orçamento o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Mesmo sem a CPI ter encontrado nenhuma irregularidade na movimentação bancária ou no patrimônio do deputado, Aleluia terá a cassação do seu mandato recomendada pela Subcomissão de Emendas. Para a subcomissão, os documentos da Odebrecht mostram que o deputado baiano atuava no Congresso como “despachante da empreiteira”.

O memorando apreendido na casa de Afilton Reis com anotações sobre uma conversa do diretor da empreiteira com Aleluia foi determinante para a Subcomissão de Emendas incluir o deputado baiano na lista de cassações. Na conversa, Aleluia se comprometeu a passar para a construtora informações da

Comissão de Orçamento do Congresso consideradas sigilosas.

O deputado Aleluia prometeu também obter um esboço do relatório do senador Mansueto de Lavoura (PMDB-PE) sobre a proposta orçamentária de 1993 e atuar na Comissão de Orçamento em favor dos interesses da Odebrecht. “Esse não é um comportamento compatível com o decoro parlamentar”, disse o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da subcomissão.

Benevides — Outro parlamentar com nome praticamente certo na lista de cassações é o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do ex-presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), já comentou com integrantes da comissão que considera o caso de Benevides como de “cassação inevitável”.